



Associação Amigos da Grande Idade – Inovação e Desenvolvimento (AAGI-ID)

PLANO NACIONAL DE INTERVENÇÃO PARA A GRANDE IDADE

1. ENQUADRAMENTO

Como é do domínio público a AAGI – ID, tem como objectivo discutir o modelo de prestação de cuidados e oferta de serviços às Pessoas da Grande Idade. Entendemos que são necessárias novas dinâmicas e ofertas inovadoras que permitiram mais qualidade aos mais adultos, como forma de manterem durante mais anos a capacidade funcional na realização das actividades de vida e de manutenção. Neste sentido, a AAGI-ID, desenvolve o Plano Nacional de Intervenção para a Grande Idade.

É nossa pretensão analisar o actual modelo de cuidados aos mais adultos e procurar respostas que possam ser sustentáveis no futuro e que passam no nosso entender por alterações profundas dos actuais modelos. É nesse sentido que a AAGI-ID, decide fomentar este documento, como uma forma de pressão legítima sobre o poder político e sobre os *insight's* dos decisores políticos, mesmo que seja difícil a mudança das retóricas há muito instaladas.

Constata-se um envelhecimento da população a nível mundial e em Portugal, verificado no aumento da longevidade e nas esperanças de vida que estão próximas do limite biológico, o que justifica a necessidade de se efectuar mudanças na organização da sociedade, com especial atenção ao nível da monitorização das pessoas com mais de 65 anos de idade.

Deste modo, nas próximas décadas, prevê-se um envelhecimento da população mundial, com repercussões na sustentabilidade económica, social e demográfica e, consequentemente, com implicações profundas ao nível do planeamento em saúde, em particular das necessidades de cuidados de Enfermagem.



Em Portugal, verifica-se o envelhecimento da população, tendente a aumentar. Nos próximos 50 anos, Portugal terá cerca de 10 milhões de residentes e manter-se-á esta tendência de envelhecimento demográfico. Prevê-se que em 2060 residam em território nacional, aproximadamente 3 idosos por cada jovem.

Assim a associação propõe-se este Plano Nacional de Intervenção para a Grande Idade como forma de reorganizar um conjunto de intervenções no sentido de monitorizar as pessoas com mais de 65 anos de idade.

Com este contexto, a AAGI-ID realizou 4 reuniões de trabalho e 3 simpósios, em todo o país, ao longo do ano de 2010. Nas reuniões estiveram presentes 24 personalidades reputadas do sector académico, social e privado, onde foram utilizadas técnicas de consenso entre os participantes. Nos 3 simpósios participaram cerca de 400 pessoas, entre técnicos de saúde e das ciências sociais, tendo sido feita a gravação integral das sessões e a análise de conteúdo, de onde resultou a síntese de ideias e de intervenções: Rede nacional; Uma porta de entrada: centro de saúde; Liderança; Rede social como determinante; Instituições.

2. SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES:

INTERVENÇÃO 1 - REDE NACIONAL

Constituição de Grupo de Trabalho/Unidade de Missão nomeado pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social para fazer a revisão sistemática de toda a literatura científica nacional e legislação, promover novo modelo de financiamento e sustentabilidade e implementar estratégia nacional para resposta às necessidades imediatas e futuras. **Justificação:** Planear as necessidades em equipamentos sociais, apoio domiciliário e de cuidados de saúde, das pessoas idosas em Portugal a Médio e Longo Prazo.



INTERVENÇÃO 2- Uma porta de entrada: Centro de Saúde

O Centro de saúde deve ser a porta de entrada para a Rede Nacional de Cuidados e serviços a pessoas idosas. Todos os centros de saúde têm a capacidade de monitorizar os cidadãos com mais de 65 anos na sua área de influência. E é através do Centro de saúde que se deve organizar o processo da pessoa Idosa, oferecendo-lhe soluções e prevendo acontecimentos futuros. **Justificação:** Organizar a rede actual de prestação de cuidados e de serviços, como forma de reduzir o desperdício e otimizar os recursos existentes.

INTERVENÇÃO 3 - Liderança

É urgente criar uma liderança forte e única para este sector, abrangendo a área de saúde e a área social. É esta liderança que deve recolher a informação obtida pelo Centro de Saúde e coordenar o trabalho de todas as entidades envolvidas na rede. **Justificação:** Não existe liderança para a área dos cuidados e serviços a pessoas idosas, sendo parte destes cuidados e serviços fornecidos pelo Ministério da Saude e outra parte pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. Existe repetição de recursos com desperdício de meios.

INTERVENÇÃO 4 - Rede Social como Determinante

A Rede deverá integrar todas as respostas que se encontram no terreno e determinar indicadores e objectivos para cada uma delas com base na informação fornecida pelo Centro de saúde. Esta rede deve ter como base as actuais redes sociais, constituindo comissões para a área das pessoas idosas e dotando-as de autoridade na gestão de listas de espera, de respostas a necessidades e de financiamento às instituições. Estas comissões devem ter a intervenção e o envolvimento das Autarquias. **Justificação:**



Existe uma grande desarticulação de meios no terreno, havendo duplicação de respostas e ao mesmo tempo falta de recursos.

INTERVENÇÃO 5 - Instituições

As instituições sociais e as respostas privadas devem ser respeitadas de igual modo, devendo contudo estar sujeitas a determinações superiores (rede social) e responderem conforme essas determinações, não mantendo o modelo de autonomia em relação as decisões estratégicas depois de serem dotadas de equipamentos pagos pelo Estado e de financiamento para a sua actividade igualmente assumido pelo Estado. **Justificação:** As Instituições apresentam grande dificuldade em articularem os seus serviços, existindo duplicidade de recursos que poderiam ser melhor rentabilizados.